



## AS CLASSES DIRIGENTES NA FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO ANTIDEMOCRÁTICO

Guilherme Barboza de Fraga<sup>1</sup>

### RESUMO

Esse artigo tem o intuito analisar como as classes dirigentes interferiram na formação do Estado promovendo a sua consolidação e de que maneira elas garantiram a marginalização do restante da população nesse processo, tornando-o antidemocrático. Pelo estudo de autores conceituados como Max Weber, Norbert Elias, Charles Tilly, Karl Polanyi e Pierre Bourdieu tento demonstrar o quanto as classes dirigentes detentoras do capital atuaram quando governantes buscaram os meios de concentração do monopólio do poder. Negociando com esses príncipes, souberam as classes dirigentes jogar o jogo político do momento, evitando possíveis perdas e projetando visíveis ganhos. Desse modo, atuou ativamente no processo de formação e de consolidação do Estado moderno, reclamando para si o direito de participar das decisões e ações desse Estado. Assim, colaborou para a manutenção de uma sociedade na qual a participação ficou restrita aos que financiaram e atuaram nesse processo, guardando para si uma série de benefícios e privilégios negados à maioria da população.

**Palavras-chave:** Estado; classes dirigentes; poder

### Introdução

De acordo com Max Weber, “o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um território” (WEBER, 1982, p. 98). Essa comunidade humana precisou dispor dos meios necessários para enfrentar e sufocar outras forças políticas dentro do seu território visando a legitimação de seu poder central. Para isso, conforme reforçou Weber, precisou monopolizar o uso legítimo da força física, impedindo a seus adversários o uso da mesma no território. Todavia, esse processo de fortalecimento do poder central necessário à formação do Estado passou por uma série de acordos ou alianças para alcançar sucesso. Foi preciso “negociar” com senhores locais, com a Igreja, com aristocratas, com a burguesia... Nesse processo – muito diverso tanto no espaço quanto no tempo – as classes dirigentes tiveram um papel de extrema importância. A medida que contribuía ou não para a consolidação de um poder central, elas foram atuando para a formação do Estado servindo aos príncipes, seja como coparticipantes desse processo, seja como financiadores, seja como aliados do

---

<sup>1</sup> Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) dentro da Linha de Pesquisa: Relações de poder político-institucionais. Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da rede pública da Prefeitura de Canoas/RS.  
E-mail: [guarujero@hotmail.com](mailto:guarujero@hotmail.com)



governante... Fato é que a atuação das classes dirigentes moldou a formação do Estado. Assim, esse artigo propõe-se a responder ao seguinte problema: Como as classes dirigentes interferiram na formação do Estado promovendo a sua consolidação e de que maneira elas garantiram a marginalização do restante da população nesse processo, tornando-o antidemocrático?

### **A luta para participar do poder**

Max Weber assinala que a política significa “a participação no poder ou a luta para influir na distribuição do poder” (WEBER, 1982, p. 98), ou seja, podendo intervir no controle de cargos, distribuição de empregos ou na própria disputa eleitoral. O caminho para chegar ao poder passa, muitas vezes, por manter relações com os notáveis locais. Assim, quem está no poder central ou quem quer chegar a ele, precisa do apoio das elites que detém o poder regional pois, caso contrário, essa outra instância de poder pode vir a concorrer ou mesmo derrotar o poder central. Além disso, não convém ao governante bater de frente contra o detentor do poder local pois “o eleitor rural, mas também o pequeno-burguês, procura o nome do notável que lhe seja familiar. Desconfia do homem que lhe é desconhecido” (WEBER, 1982, p. 126). Assim, a classe dominante local serve como indicador do caminho a ser seguido por aqueles que nela confiam. Agiria de modo equivocado um governante ao ignorar essas forças, mesmo que pretenda eliminá-las. Para adquirir a confiança de seus súditos, o apoio das forças locais faz-se necessária.

No processo de concentração do capital de força física, coube ao Estado em formação destituir das tropas feudais o monopólio estatutário da função guerreira transferindo tal monopólio para grupos especializados com mandato especial para esse fim. Com a perda da autossuficiência militar e econômica, parte desses guerreiros foram convertidos em cortesãos, desencadeando todo um processo de transformação desses sujeitos e dessa sociedade na transição do medievo para a modernidade (ELIAS, 1994, p. 220). Para garantir a manutenção de exércitos capazes de proteger o monopólio da força física sobre outros Estados e no interior do próprio Estado (contra poderes e resistências), fez-se necessária a instauração de um fisco eficiente num espaço econômico unificado. Assim, havendo cobrança regular e centralizada de impostos, a manutenção de um exército permanente foi possível, suprimindo tropas ligadas a um líder local, sem capacidade bélica para concorrer com uma numerosa tropa real. Assim, os membros das classes antes guerreiras agora percebem-se como súditos e, mais do que isso, como contribuintes. Se



contribui com o Estado, essas classes dirigentes percebem-se participantes dele e assim passam a cooperar ativamente no processo de sua formação (BORDIEU, 1996, 100-102).

Charles Tilly observou que as classes dirigentes urbanas e os capitalistas baseados nas grandes cidades comerciais europeias do final da Idade Média detiveram um importante papel “enquanto partidários ou opositores dos esforços de expansão do poder do estado” (TILLY, 1996, p. 101). Por serem quem concentrava o capital, tais grupos estavam organizados num sistema de cidades distinto do sistema de estados em formação. Esse sistema de cidades detinha a centralidade na rede europeia de comércio, produção e acumulação de capital. Todavia, o sistema de cidades dependia da presença de aglomerações urbanas ainda pouco numerosas no espaço europeu dos séculos XIII e XIV. Expandindo o controle sobre a diversidade de cidades e aldeias e, por consequência, sobre os grandes proprietários de terra por meio da arrecadação sobre consumo é que os governantes garantiram a instauração do sistema de estado. No entanto:

[...] as cidades moldaram os destinos dos estados, sobretudo por servirem como pontos de recebimento e distribuição de capital. Por meio do capital, as classes dirigentes urbanas estenderam a sua influência a todo o interior urbano e através de redes extensas de comércio. [...] Além disso, o fato de as cidades serem os locais de acumulação de capital propicia às suas autoridades políticas o acesso ao capital, ao crédito e ao controle sobre o interior que, se for dominado e cooptado, pode servir também aos objetivos dos monarcas. (TILLY, 1996, p. 104)

Isso ocorre na medida que essas classes dirigentes estão dispostas ou não a disporem de uma soma grande de dinheiro ao governo. De qualquer modo, mesmo quando havia disputa entre os detentores do capital e o poder real, gozavam de vantagens financeiras os estados que operavam em regiões de capital abundante (TILLY, 1996, p. 104). Esses comerciantes ou financistas acabaram tornando-se figuras importantes nas redes urbanas europeias. Grandes exigências do governante poderiam afugentar esse detentor de grande capital para outro lugar de comércio, o que seria desvantajoso ao poder central – daí a importante ligação que precisava existir entre essas classes dirigentes e o Estado em formação.

Para Tilly, foi durante o tempo da *corretagem* (sobretudo entre 1400 e 1700 ou mais) que essa ligação foi essencial para a posterior consolidação do Estado moderno, quando os governos “passaram a depender fortemente de capitalistas formalmente independentes para os empréstimos, a administração das empresas produtoras de renda e a cobrança de impostos” (TILLY, 1996, p. 106). Por tal análise, percebe-se que o sucesso das Grandes Navegações e da expansão ultramarina esteve fortemente ligado à atuação dessas classes dirigentes como fomentadoras e parceiras do Estado em formação. No campo da coerção, na época da corretagem, essas classes dirigentes também se fizeram presentes com o



fornecimento de forças mercenárias ao poder central. Mesmo no século XIX, quando o monopólio da força e a arrecadação de impostos já estava bem consolidada em boa parte do continente europeu, os governantes “continuaram a negociar com os capitalistas e outras classes o crédito, as rendas, a mão-de-obra e os meios de guerra” (TILLY, 1996, p. 107). Essa relação financeira entre poder central e classes dirigentes permitiu uma combinação entre um capital forte (economia comercializada) e um grande exército permanente capaz de vencer guerras externas e minar resistências locais garantindo o sucesso do Estado centralizado.

Charles Tilly apresenta essa relação como uma “ligação perigosa” na qual capitalistas e estados europeus tornam-se ao mesmo tempo indispensáveis e intoleráveis ao outro (TILLY, 1996, p. 113). Os estados dependiam dos capitalistas para assegurar os recursos financeiros necessários para recrutar e manter a força armada assim como as classes dirigentes precisavam do Estado para proteger a sua atividade comercial e industrial. Coube então ao Estado, para consolidar-se definitivamente, dar dois passos de extrema importância: “o avanço para o governo direto que reduziu o papel dos patronos locais e regionais e colocou representantes do estado nacional em cada comunidade, e a expansão da consulta popular sob a forma de eleições, plebiscitos e legislaturas” (TILLY, 1996, p. 118). Assim, o Estado incorporou essas classes dirigentes (oligarquias, instituições) à estrutura nacional de poder. Isso deu-se por meio da negociação do governo com os grupos de súditos que tinham poder para inibir ações do governo, mas não gozavam de potencial suficiente para assumir seu posto.

Logicamente, o apoio dessas classes dominantes teve um custo para o governante. Como o poder central detém uma série de nomeações oficiais, no momento oportuno, o líder local cobrará daquele a quem garantiu legitimidade a devida participação no governo, seja ele próprio buscando um cargo seja indicando alguém de sua região para ocupar uma determinada posição. Mas, como aponta Pierre Bourdieu, as tomadas de posição nesse jogo político já são previsíveis entre os que jogam esse jogo e, ao participarem dele, precisam correr os riscos para evitar serem dele excluídos e “perder os ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples *prazer* de jogar, quer se trate de vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico” (BORDIEU, 1989, p. 172-173).

Uma variável desse jogo político foi analisada por Norbert Elias ao estudar o caso da sociedade de corte. Havia, no cerimonial e na etiqueta presentes no Palácio de Versalhes, um exemplo da relação entre o rei e sua nobreza cortesã. A figuração existente nessa relação servia para expressar a distinção entre os nobres bem como para reforçar o poder expresso na figura do rei, fazendo com que “a existência social dos indivíduos envolvidos estava ligada a ela” (ELIAS, 2001, p. 104). Os cerimoniais repletos de regras e protocolos,



embora acabem se tornando um fardo para o rei e seus nobres, não poderia ser desfeito sob o risco de romper com a condição aristocrática de seus participantes – o que seria perigoso para a consolidação do Estado. O desmantelamento da cerimônia representaria o rompimento da relação com a nobreza cortesã podendo levar a perda de legitimidade do poder real.

Ao mesmo tempo, o rei utilizava-se do cerimonial como um modo de, não apenas ter a nobreza ao seu lado (sob seu teto e sob sua autoridade) e dependente dele, mas também de manter viva uma certa disputa entre eles e, ao fragmentar e criar oposições dentro da própria nobreza, impedir uma possível composição de grupos que lhe fossem adversários e capazes de romper com a ordem social. “Ele utiliza a competição dos cortesãos por prestígio e por favorecimentos para alterar a posição e o prestígio de um indivíduo dentro da sociedade, por meio do grau exato do favor concedido, de acordo com seus objetivos, deslocando segundo sua necessidade as tensões e, portanto, o equilíbrio social” (ELIAS, 2001, p. 107). Desse modo, o potencial de ação dos súditos dirigia-se uns contra os outros e não conduzia a uma ação unitária contrária à figura do rei (ELIAS, 2001, p. 134). Era a estratégia real de dividir para governar (embora essa divisão se desse dentro de um grupo com relativa identidade cultural), evidenciando que sem a classe dominante, a formação do Estado, se ocorresse, teria se dado de modo muito diferente.

A competição entre cortesãos exposta por Norbert Elias acabou por expor um importante aspecto da presença das classes dirigentes na formação e consolidação do Estado moderno: nem todos os indivíduos podem ter acesso à participação real na política e integrar esse seletivo grupo exige mostrar-se diferente (“superior”) aos que ficaram excluídos desse processo. O autor analisou essa situação dentro da sociedade de corte, ao verificar as atitudes de seus membros:

Eles não frequentavam a corte apenas porque dependiam do rei, mas permaneciam dependentes do rei porque só pelo acesso à corte e à vida junto à sociedade de corte podiam manter a distância em relação aos outros, distância da qual dependia a salvação de suas almas, de seu prestígio como aristocratas de corte, ou seja, de sua existência social e sua identidade pessoal. (ELIAS, 2001, p. 116)

Logo, era importante integrar a corte também por acreditar que ela representava o estrato superior da sociedade, diferenciado da grande maioria da população que a ela não tinha acesso por ser considerada inferior na pirâmide social. “A conservação da distância torna-se, com isso, o motor ou a marca decisiva de seu comportamento” (ELIAS, 2001, p. 119). O risco sempre presente de ser segregado dos grupos de elite torna essa nobreza submissa ao rei ao mesmo tempo em que reforça sua posição acima dela, como seu chefe. Ou seja, “para o rei, a etiqueta não é apenas um instrumento de distanciamento, mas



também um instrumento de dominação” (ELIAS, 2001, p. 132). É uma maneira eficaz de mostrar sua superioridade a essa nobreza que pensa repartir com ele o poder, evitando que tentem comparar-se a ele, pois o rei é o único na corte que não “experimenta pressão alguma vinda de cima” (ELIAS, 2001, p. 134).

Sobre as classes dominantes no espaço europeu, vale ressaltar a grande pluralidade desses grupos. Para Bertrand Badie e Guy Hermet, essa seria uma das razões por que a Europa não se constitui num grande território unificado: mesmo tendo um espaço mais homogêneo e de dimensões moderadas, nunca se unificou de maneira duradoura devido à pluralidade de soberanias rivais e de alianças possíveis. (BADIE & HERMET, 1990, p. 117-118). Esses grupos dirigentes com interesses específicos colaboraram com a formação do Estado dentro de seu próprio território, sendo um dos muitos fatores impeditivos da constituição de uma Europa politicamente unificada.

Os autores também analisam a força da Igreja barrando o possível surgimento de um grande império continental. Lembrando que os soberanos geriam os assuntos temporais sempre sob a chave legitimadora da Igreja, reforçam que à instituição interessava reafirmar uma separação do espiritual e do temporal para permanecer como a principal soberana, supra territorial e logo supranacional (BADIE & HERMET, 1990, p. 107). Enquanto as classes dirigentes colaboraram, dentro de seus interesses, com o poder central em construção, a Igreja dificultou o surgimento de um poder central buscando garantir a supremacia de uma ideologia transnacional (mais que religiosa) que sempre escapou ao controle dos dirigentes políticos locais e se opôs à afirmação de consciências nacionais definidas (BADIE & HERMET, 1990, p. 117-118). Isso explica, na visão dos autores, a unificação nacional tardia da Itália pois, além da falta de uma tradição religiosa verdadeiramente nacional, havia múltiplos e contraditórios centros de poder – a Igreja, o Partido Comunista, as máfias e outros grupos clandestinos ao sul. (BADIE & HERMET, 1990, p. 128)

### **A consolidação no poder baseado na exclusão da maioria**

Após a concentração do monopólio da força física e da tributação, os estados se esforçaram por homogeneizar as suas populações visando diminuir rebeliões contra medidas administrativas uniformes (TILLY, 1996, p. 162). Nesse processo, buscou-se uma unificação cultural por meio da construção de uma identidade nacional, processo no qual a escola teve sempre um papel fundamental para a elaboração do Estado-nação, ao impor uma língua e “cultura dominantes como legítimas e pela rejeição de todas as outras como



indignas” (BORDIEU, 1996, p. 107). Segundo Pierre Bourdieu, complementando o conceito weberiano, “o Estado é um  $x$  (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e *simbólica* em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BORDIEU, 1996, p. 97). Desse modo, o Estado resulta da concentração do capital de força física, do capital econômico, do capital cultural e do capital simbólico.

Ao inculcar uma identidade nacional, buscava-se associar os governados com um território submetido a uma autoridade exclusiva e fazê-los reconhecer-se no ordenamento desse poder único. Assim, os súditos foram promovidos à categoria de cidadãos e, como tais, buscaram uma participação ativa na sociedade. (BADIE & HERMET, 1990, p. 102) E quando essa tentativa de construir uma identidade nacional encontrou resistências, os governantes negociaram de forma amistosa ou repressiva. Nas regiões com cidades prósperas, a negociação amistosa com os detentores urbanos de poder foi o meio encontrado para avançar – à custa da ratificação de privilégios, regulamentação de tributação, isenção de impostos, monopólio das patentes militares mais altas etc. (TILLY, 1996, p. 164-166).

Como consequência desse processo, as classes dirigentes financiadoras e legitimadoras do poder centralizado do Estado moderno conduziram a uma separação da população semelhante àquela da sociedade de corte analisada por Norbert Elias. Enquanto essas classes dirigentes colhiam os frutos da exitosa negociação feita com os governantes, a maior parte da população estava separada do poder. Analisando os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos, Karl Polanyi anota essa separação do poder:

Apesar do sufrágio universal, os eleitores americanos nada podiam contra os proprietários. Em Inglaterra, tornou-se uma lei constitucional não escrita a exclusão do sufrágio da classe trabalhadora. Os dirigentes cartistas foram presos; os participantes do movimento, que eram milhões, foram humilhados por uma assembleia legislativa que representava apenas uma fração da população, enquanto as autoridades tratavam muitas vezes como um crime a simples reclamação do direito do voto. (POLANYI, 2000, p. 250)

Tal como na corte francesa do Absolutismo, a democracia liberal também se pautou, dadas as devidas proporções, na separação explícita entre os que conduziram à formação do Estado e por isso gozaram de privilégios e benefícios negados àqueles que ficaram à margem desse processo e só quando conscientes de sua posição desprestigiada socialmente decidiram rebelar-se por igualdade. Usando expressão de Badie & Hermet, os “conceptos británicos de la libertad e de la democracia son en esencia aristocráticos” (BADIE & HERMET, 1990, p. 124). Os autores assinalam que a nascente democracia do território insular é antidemocrática pois esteve pautado numa lógica censitária do governo



representativo demarcando a concessão da cidadania às pessoas “bem preparadas” e a necessária negação da mesma aos “mal preparados”, a classe perigosa. (BADIE & HERMET, 1990, p. 136)

Mas esse modelo de rechaço a uma democracia pluralista das massas não é exclusivo das democracias liberais. Nos regimes totalitários europeus essa é uma das premissas, com forte dimensão antioligárquica. Trotsky e Otto Bauer insistiam que “el fascismo e el nazismo fueron movimientos masivos que, desde esta perspectiva, manifestaron el antagonismo de las clases medias frente a las *elites*” (BADIE & HERMET, 1990, p. 142).

Essa democracia excludente não está restrita ao espaço europeu. Os estados periféricos também foram levados a tais lógicas quando neles se introduziram modelos estatais importados. Utilizando o caso das dinâmicas de poder latino-americanas, o processo se dá no sentido oposto ao da dinâmica de construção do Estado na Europa. Enquanto lá, essa dinâmica ocorreu em virtude da decadência feudal, da crise do poder senhorial e do conseqüente reforço dos recursos do centro dinástico, aqui houve o inverso: ocorreu a debilidade do poder central (que fora debilitado ou deslegitimado) somente reconquistada com as guerras de independência quando os senhores locais das periferias, contando com recursos mais fortes, puderam aspirar ao âmbito político oficial (BADIE & HERMET, 1990, p. 180-182). Essa elite que chega ao poder igualmente impediu o acesso da maior parte da população aos recursos do centro do poder. Então, coube a essa elite assegurar o monopólio da representação e o controle – em seu benefício – do processo de modernização econômica. Assim, esse Estado neopatrimonial também teve como premissa a exclusão de atores periféricos (BADIE & HERMET, 1990, p. 189-191).

Se a análise dessa exclusão de alguns atores políticos por parte das classes dirigentes que influenciaram na formação do Estado moderno for feita baseada nos conceitos de Carl Landé, cabe trazer sua citação sobre como os teóricos marxistas percebem a política baseada em grupos quando “uma classe governa e explora usando o Estado como seu instrumento para esse fim; outra classe é governada e explorada” (LANDÉ, 1977, p. 506). Ou seja, no modelo de um sistema político baseado em grupos, objeto de análise do autor, “os cidadãos individuais satisfazem suas necessidades particulares unindo-se a outros com necessidades similares para tentar conseguir uma legislação geral delineada para satisfazer todos os cidadãos com tais necessidades” (LANDÉ, 1977, p. 506).

Essa separação entre as classes presente no processo de consolidação do Estado moderno percorreu os séculos até o estado neoliberal no qual se colocou como premissa que “a democracia política somente pode funcionar normalmente com certo grau ‘de apatia





e não participação da parte de certos indivíduos e grupos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 194). Ou seja, dentro dessa análise, o Estado não comporta a participação efetiva ou igualitária de todos os seus membros. Tal percepção reforça a ideia de que as classes dominantes participantes do processo de formação do Estado intervieram no passado e seguem exigindo do Estado sua parcela de participação por seguir garantindo a legitimidade desse frente ao conjunto da população. Tanto que as classes dirigentes atuais seguem exigindo o cumprimento de seus interesses pois “desde que a ‘globalização’ começou a ser puxada pelas finanças, a maioria dos países viu-se na impossibilidade de tomar medidas que iriam de encontro aos interesses dos detentores do capital” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 200). E, tal qual no passado, a “negociação” do Estado com as classes dirigentes trouxe vantagens a essas últimas quando, “em razão dos impostos mais atrativos e do estímulo dos poderes públicos, o patrimônio financeiro e imobiliário de muitas famílias de classe média e alta aumentou consideravelmente a partir dos anos 1990” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 201). Fica visível o reflexo dessa “negociação” quando o Estado, sob a alegação de precisar adaptar-se à nova situação financeira internacional, recorreu às classes dirigentes transferindo para o setor privado segmentos inteiros do setor público ou quando agiu rapidamente para salvar grandes bancos do desmoronamento.

### **Considerações finais**

Esse trabalho buscou responder a um problema bastante complexo dentro do espaço limitado desse artigo. Tentei demonstrar o quanto as classes dirigentes detentoras do capital atuaram quando governantes buscaram os meios de concentração do monopólio do poder. Negociando com esses príncipes, souberam as classes dirigentes jogar o jogo político do momento, evitando possíveis perdas e projetando visíveis ganhos. Desse modo, atuou ativamente no processo de formação e de consolidação do Estado moderno, reclamando para si o direito de participar das decisões e ações desse Estado. Assim, colaborou para a manutenção de uma sociedade na qual a participação ficou restrita aos que financiaram e atuaram nesse processo, guardando para si uma série de benefícios e privilégios negados à maioria da população – num modelo percebido desde o início do processo analisado até os modos de “negociação” das elites com os governantes vigentes na atualidade.



### Referências bibliográficas

BADIE, Bertrand, HERMET, Guy. **Política comparada**. México, Fondo de Cultura Económica, 1990. 2a Parte, pp. 99-145 e 181-212.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989, pp. 163-207.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, Papirus, 1996, pp. 91-135.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 189-243 e 321-376.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001, pp. 97-218.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, vol 2, parte 2: sugestões para uma teoria de processos civilizadores, pp. 191-274.

LANDÉ, Carl H. Política de grupo e política diádica: notas para uma teoria. Tradução para fins didáticos de Group politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). **Friends, followers and factions; a reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977, pp. 506-510.

POLANYI, Karl. **A grande transformação – as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000, pp. 198-301.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo, Edusp, 1996, pp. 89-193.

WEBER, Max. A política como vocação. GERTH, H. H., MILLS, Wright (Org.). **Max Weber: ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982, pp. 97-153.